

3 Linguagem e discurso

Desde a manhã até a noite, sem pausa, histórias povoam as ruas e os prédios. Articulam nossas existências ensinando-nos o que elas devem ser. Cobrem o acontecimento, ou seja, fazem deles as nossas legendas (legenda: aquilo o que se deve ler e dizer).

Michel de Certeau

Neste segundo capítulo, partiremos de leituras sobre enunciação, linguagem e discurso a fim de compreendermos a relação proposta entre o discurso jornalístico, poder, realidade, violência e medo.

Nossa hipótese aqui é a de que o discurso e a linguagem atuem como poderosos instrumentos na solidificação de noções sobre o real, à medida que utilizam ferramentas, como a própria palavra, capazes de lhe conferirem tal poder.

Falar em discurso já é falar em poder, pois acreditamos que ele seja, como apontou Foucault (1971), o primeiro objeto de desejo do homem. O autor apóia-se no conceito da psicanálise para fazer a seguinte colocação acerca da noção de discurso:

Não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (FOUCAULT, 1971, p.10).

Para tratar do fenômeno da linguagem⁶, nos apoiamos principalmente em uma abordagem marxista da filosofia da linguagem proposta por Bakhtin (2002) que, ao pensá-la em uma relação indissolúvel com a sociedade, nos auxilia a refletir as análises do discurso jornalístico como um processo de construção social da realidade.

As análises filosóficas propostas por Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995), que tratam do uso da palavra, também servirão como base de apoio neste segundo capítulo de nosso estudo. Deleuze e Guatarri sugerem que a linguagem vai sempre de um dizer a outro dizer e não de algo que é visto para o que é dito.

⁶ Entendemos aqui a linguagem como um sistema de signos que possibilita a comunicação humana.

É neste sentido que a nossa sociedade se tornou o que Michel de Certeau definiu como “uma sociedade recitada e isto num triplo sentido: é definida ao mesmo tempo por relatos (as fábulas de nossas publicidades e de nossas informações), por suas citações e por sua interminável recitação”.

(CERTEAU, 1994, p.288).

Como sugeriu o autor, “a linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo, nenhum deles, visto”. (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.14).

É sob esta lógica que devemos pensar a narrativa jornalística também como um processo de se comunicar aquilo o que não se viu, mas o que se ouviu, o que um outro disse. É, neste sentido, um ouvir dizer.

Assim, somos capazes de falar de diversos assuntos os quais não presenciamos. Segundo Luckmann e Berger, é deste modo que a linguagem é capaz de se tornar “o repositório de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então se preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes”. (BERGER e LUCKMANN, 1997, p.57).

O que costuma resultar das notícias de crime é uma seqüência de narrativas que pode ir desde o testemunho do criminoso à polícia, que por sua vez narra o episódio ao repórter que, enfim, narra o crime ao leitor, pretendendo que este reconheça em sua fala as respostas que procura e não questione a veracidade do que apreende enquanto informação, tanto quanto o repórter não questiona, ao menos em suas reportagens, a respeito do informe policial. Ou seja, nem a polícia nem o jornalista presenciaram o evento, mas o que é primordial neste tipo de jornalismo é a emoção, um falso contato direto com o fato e a proximidade do leitor com o acontecimento, fazendo com que ele se sinta realmente por dentro da notícia.

Se, de um modo geral, o repórter raramente é testemunha ocular daquilo o que narra, quando falamos em notícias de crime, esta perspectiva Deleuziana nos parece ainda mais evidente, até mesmo pela natureza de ilegalidade do ato criminoso. São situações em que estes profissionais, em sua grande maioria, constroem uma narrativa quase toda baseada nos relatos policiais, o que será apontado, no próximo capítulo, como um dos maiores problemas a serem discutidos no jornalismo de crime. Um problema já observado por Deleuze e

Guatarri, ao analisarem a formalidade do relato policial que, como no jogo jurídico do testemunho, tem na linguagem o apoio para apontar apenas aquilo o que deve ser observado e guardado.

A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer. (...) Isso pode ser percebido nos informes da polícia ou do governo, que pouco se preocupam com a verossimilhança ou com a veracidade. (...) A indiferença dos comunicados em relação a qualquer credibilidade freqüentemente beira a provocação (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.12).

É neste sentido que podemos pensar a linguagem como algo a obedecer e fazer obedecer e não para refletir alguma idéia de verdade, conforme sugeriu a dupla de autores. Da mesma maneira que um professor não questiona as regras gramaticais ao cumprir a função de repassá-las ao aluno, por exemplo, pois como nos lembrou Foucault, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. (FOUCAULT, 1971, p.44).

Partindo de uma narrativa que exclui quase sempre o relato durante o acontecimento, a comunidade jornalística tem motivos para comemorar quando, por sorte, tem acesso a fitas de vídeo ou fotografias com imagens de assaltos, assassinatos ou áudios de telefonemas suspeitos. Imagens e sons explorados ao máximo, sempre acompanhados de palavras de indignação e surpresa. Qualquer possibilidade de trazer algum realismo ao marasmo repetitivo das notícias de assassinatos, roubos e corrupção que recheiam as páginas dos jornais diariamente são muito disputadas pelos veículos de comunicação.

Estas imagens e áudios, muitas vezes repetidos à exaustão em um mesmo programa de televisão ou noticiário, se comportam como um guia de conflitos que acabam por se confundir com nossos próprios conflitos, como sugeriu Adorno ao interpretar as artimanhas comerciais da indústria cultural⁷ e que encontra, até hoje,

⁷ Tudo indica que o termo Indústria Cultural foi empregado pela primeira vez no livro *Dialética do Esclarecimento*, que Horkheimer e eu publicamos em 1947, em Amsterdã. Em nossos esboços tratava-se do problema da cultura de massa. Abandonamos essa última expressão para substituí-la por indústria cultural, a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; estes pretendem, com efeito, que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. Ora, dessa arte a indústria se distingue radicalmente. Ao juntar elementos de há muito correntes, ela atribui-lhes uma nova qualidade. Em todos os seus ramos, fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse

resistência de uma corrente acrítica da cultura de massa entre os teóricos da comunicação.

Se na vida real de cada um de nós, os problemas do medo e da violência da vida na cidade se mostram indissolúveis, o passo-a-passo do desvendar destes crimes mostrados na imprensa, buscam resolvê-los, ao menos em nossas ilusões.

Na corrida pelas cenas de violência que pretendem aproximar leitores e expectadores de algum testemunho daquilo o que mais se fala hoje na mídia, até o mais banal dos crimes, como um furto de mantimentos, pode ganhar as manchetes.

Do ladrão de carnes flagrado pela câmera do supermercado ao traficante que corre morro abaixo fugindo dos tiros que partem de um helicóptero da polícia militar em um jornal da tarde, qualquer possibilidade de se sentir testemunha ocular de um crime é válida.

O medo nos trancafia nas casas, shoppings e condomínios e nos separa por muros e vidros das janelas dos carros.

As notícias de crime assumem o discurso do qual desejamos nos apoderar. Fazem-nos sentir sujeitos e personagens destas narrativas, mas, como sugeriram Adorno e os teóricos de Frankfurt, seria produtivo pensarmos se não somos, na verdade, objetos desta indústria.

Os reflexos do medo que encontramos diariamente nos jornais, no cinema, nos vídeos da internet, na rodas de conversa e nas câmeras que nos monitoram vinte e quatro horas por dia, são fenômenos crescentes que tiveram início com o começo da modernidade, conforme observou Ben Singer:

Os retratos da modernidade urbana na imprensa ilustrada parecem flutuar entre uma nostalgia antimoderna de uma época mais tranqüila. De um lado, fascinação básica pelo horrível, pelo grotesco e pelo extremo. De outro, as imagens da imprensa ilustrada eram, paradoxalmente, uma forma de crítica social e, ao mesmo tempo, uma forma de sensacionalismo comercializado, uma parte do fenômeno do hiperestímulo moderno que as imagens criticavam. Nesses dois aspectos, a imprensa ilustrada empregava linguagem bombástica. Isso não surpreende, uma vez que a imprensa tinha um óbvio interesse comercial em retratar o mundo com um tom drástico. Afinal, clamor público e emoções fortes e não o realismo cotidiano rotineiro, vendiam jornais (SINGER, 2004, p.132).

consumo. Os diversos ramos assemelham-se por estrutura ou pelo menos ajustam-se uns aos outros (ADORNO, 1975, p. 92).

Uma estética de excitação superficial e estimulação sensorial que surge, já na década de XX, como “uma resposta compensatória ao empobrecimento da experiência na modernidade”. (SINGER, 2004, p.132-133).

Se o essencial na linguagem é a capacidade de se comunicar aquilo o que não se viu, cada discurso é produto das muitas coisas que se ouviu dizer.

“Existem muitas paixões em uma paixão e todos os tipos de vozes em uma voz, todo um rumor, glossolalia: isto porque todo discurso é indireto, e a translação própria à linguagem é a do discurso indireto.” (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.13).

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin lança nova luz sobre as teorias da linguagem ao criticar o objetivismo abstrato⁸ de Sassaure e o subjetivismo idealista⁹ de Humboldt, ao propondo que a linguagem é de natureza sociológica. Segundo esta abordagem marxista de Bakhtin, a classe dominante reforça seu poder através da linguagem e a comunicação implicaria relações de dominação e resistência.

Uma das críticas de Bakhtin ao objetivismo de Sassaure deve-se ao caráter plurivalente do signo que a “classe dominante tende a tornar monovalente, prendendo a palavra em um dicionário, de modo arbitrário”. (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.5).

Bakhtin considera inseparável a língua e seu conteúdo ideológico. Ainda nas críticas do autor, os teóricos do subjetivismo estariam equivocados ao afirmar que o conteúdo ideológico poderia ser deduzido das condições do psiquismo individual de cada um.

⁸ Segundo esta tendência, o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem definida, situa-se, ao contrário, no sistema lingüístico, a saber, o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua. (...) Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São justamente estes traços idênticos, que são assim normativos para todas as enunciações - traços fonéticos, gramaticais e lexicais-, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.63).

⁹ A primeira tendência interessa-se pelo ato da fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação lingüística - sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua - são as leis da psicologia individual, e são elas que devem ser estudadas pelo lingüista e pelo filósofo da linguagem. Esclarecer o fenômeno lingüístico significa reduzi-lo a um ato significativo (por vezes mesmo racional) de criação individual. (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.58).

Ao contrário de Sassaure, o autor valoriza a fala, a enunciação e afirma sua natureza social, não individual, diferenciando a atividade mental e fisiológica da atividade socializada. A fala, para o autor, estaria ligada às estruturas sociais.¹⁰

Portanto, quando analisamos o discurso de um veículo de comunicação é imprescindível que tenhamos em mente a estrutura social em que está inserido o veículo, uma vez que acreditamos que “para observar o fenômeno da linguagem é preciso situar os sujeitos- emissor e receptor do som-, bem como o próprio som no meio social”. (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.56).

Porém, mais do que isso, é essencial que locutor e ouvinte “pertencam à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada”. (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.56).

Além disso, é fundamental, para que seja estabelecida a forma de comunicação a qual nos referimos aqui e da qual o jornalismo se apodera, que “estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido”. (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.56). Somente assim, diante de toda esta comunhão de fatos sociais e culturais, diria Bakhtin, a troca lingüística seria possível.

A unicidade do meio social e do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. Dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.56).

A linguagem se apóia na cultura e nos conceitos de real compartilhados e contribui para o desenvolvimento do senso comum, um instrumento que dá sentido e significação ao mundo. E através das notícias do cotidiano no jornalismo, os discursos que produzem este senso comum podem proliferar indefinidamente e atingir uma massa satisfatória.

No processo de construção do discurso formam-se estereótipos e juízos pré-conceituados, criando uma idéia de realidade inquestionável, única e

¹⁰ Entendemos por estrutura social, a colocação e posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação (direitos e deveres). Estrutura social é composta de status que é o lugar que ocupamos em um sistema de posições interligadas.

consensual. Assim, as notícias de crime permitem a construção de mitos e estereótipos sobre as pessoas e até mesmo sobre os lugares em que elas vivem.

Uma vez selecionada uma teoria da linguagem que nos sirva de apoio para as análises deste capítulo, precisamos definir melhor o que compreendemos por discurso e enunciação.

Partiremos destes pensamentos sobre a linguagem para refletir sobre a construção de discursos. A linguagem que é, talvez, o primeiro poder do homem, aquilo o que o torna capaz de estabelecer laços sociais e constituir comunidades. Sem a linguagem, não poderíamos falar em discurso ou informação, aquilo o que é o exercício primordial do jornalismo.

Segundo o conceito Bakhtiano:

A enunciação é a construção ideológica presente em um texto. É a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção. Significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada. O texto é o produto da atividade discursiva (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.4).

Para o autor, conteúdo ideológico e o meio social onde se inserem emissor e receptor, são imprescindíveis para determinar a significação de um enunciado. Não se pode pensar o significado de um enunciado longe de suas imbricações sociais.

A filosofia marxista da linguagem deve colocar como base de sua doutrina a enunciação, como realidade da língua e como estrutura sócio-ideológica. O signo¹¹ e a situação social estão indissolivelmente ligados. Ora, todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.6).

Quando analisamos um evento de violência como o que ocorreu em São Paulo, não podemos ignorar o quanto o momento histórico que vivemos de supervalorização do medo (medo da violência, do desemprego, da morte, medo do outro), afeta a fala dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente nestes conflitos.

¹¹ Pensamos o signo aqui como uma combinação de um conceito com sua imagem sonora. O significante (parte material percebida pelos sentidos. Sons, letras.) e significado (parte abstrata. A imagem que se forma na mente.)

Expressões como *chega, basta, bandido bom é bandido morto, direitos humanos para humanos direitos*, se repetem à exaustão e proliferam indefinidamente, refletindo um momento em que é fácil a ideologia da repressão extrema e da intolerância ganharem força.

Parece-nos quase impossível pensar o discurso jornalístico ao longo dos chamados *dias de terror* ocorridos em São Paulo, sem refletir no modo como os principais envolvidos direta e indiretamente neste conflito absorveram, cada um a sua maneira, os enunciados presentes nas notícias sobre o evento. Podemos pensar o jornalismo aí, com a pretensão de um conto moral.

Para um dos principais pensadores atuais de violência urbana sob uma perspectiva sociológica, Zygmunt Bauman, os contos morais atuam espalhando medo. Para o autor, os contos morais da modernidade “reiteram outras e diferentes verdades. Primeiro, que a punição é a norma e a recompensa, uma exceção: os vencedores são aqueles que escaparam à sentença universal da eliminação”. (BAUMAN, 2006, p.43).

A questão que fez Bakhtin pensar a filosofia da linguagem é, ainda hoje, o ponto principal para a análise do discurso jornalístico. Uma vez que a natureza dos enunciados é social, não podendo existir fora deste conceito, em que medida a ideologia determinaria a linguagem? Ou, para sermos mais exatos, em que medida esta ideologia de valorização do medo, determina a linguagem presente nos enunciados de crime?

É importante também pensar, aqui, de que forma a linguagem utilizada nestas notícias reflete a ideologia dominante de seus consumidores imaginados pela comunidade jornalística.

A estrutura social na qual estamos inseridos, com suas hierarquias, suas divisões de classe, seus locais de fala definidos, influenciam diretamente na apreensão do discurso das principais fontes em uma reportagem de violência: promotores, policiais, vítimas e agressores, cada qual com seu lugar de fala e, conseqüentemente, seus discursos definidos.

Conforme já observamos, as notícias de crime costumam basear suas narrativas sempre nos informes da polícia e, mais recentemente, o testemunho das vítimas têm sido bastante explorado midiaticamente também. Estes relatos quando não estão dissolvidos na narrativa do jornalista, vêm nas citações destas

autoridades e personagens que ilustram e dão um tom emotivo aos acontecimentos de crime e violência das grandes cidades.

As citações, para Certeau, atuam como ferramentas indispensáveis do fazer crer no discurso jornalístico, uma vez que ela joga com aquilo o que o outro supostamente crê. “É, o meio pelo qual se institui o real. Citar o outros em seu favor é, portanto, dar credibilidade aos simulacros produzidos num lugar particular.” (CERTEAU, 1994, p.290).

Ou seja, a citação é arma do ato de fazer crer, no sentido de se confirmar a hipótese do jornalista nas falas de outrem, que pode ser tanto um especialista do tema abordado, quanto o homem comum.

Não podemos esquecer ainda que, em se tratando de uma sociedade recitada, estas opiniões podem proliferar indefinidamente, como já nos mostrou Certeau:

As sondagens de opinião se tornaram o processo mais elementar e o mais passivo. A auto-citação perpétua – a multiplicação das pesquisas de opinião – é a ficção pela qual o país é induzido a crer no que é. Cada cidadão supõe de todos aquilo que, sem ele mesmo crer sabe da crença dos outros. Substituindo doutrinas que se tornaram inacreditáveis, a citação permite aos aparelhos tecnocráticos tornarem-se fiáveis a cada um em nome dos outros. Citar é dar realidade ao simulacro produzido por um poder induzido a crer que outros acreditem nele, mas sem fornecer nenhum objeto crível (CERTEAU, 1994, p.290).

Existe, no discurso midiático, uma orientação pra o outro que, esclarece Bakhtin, “é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso”. (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.132).

Isto o que Bakhtin chamou de *discurso de outrem*, mostrou-se como uma de suas principais inquietações em seu estudo sobre a linguagem. A maneira como apreendemos a enunciação do outro ou de “como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida”? (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.32).

Podemos refletir melhor a respeito, quando pensamos nas soluções para conter a violência, sugeridas pelas revistas analisadas em nosso estudo de caso. E isto sempre do viés ideológico de maior severidade das penas e fim da concessão

de indultos e progressão de regime, como únicas saídas eficazes no combate ao crime e à impunidade.

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo, tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar de *fundo perceptivo*, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.133).

A partir destas reflexões pensaremos as notícias sobre crime como pano de fundo para funções de poder apropriadas pela instituição midiática: ordenar, educar, normatizar.

E para irmos além, tentaremos desvendar o papel da linguagem e conseqüentemente do discurso como ferramentas úteis ao exercício deste poder.

3.1. Linguagem, discurso, notícias e poder.

O que permite a um fato se tornar notícia? Esta é uma das questões que, nas últimas décadas, mais tem contribuído para as discussões a respeito das teorias do jornalismo.

Na rotina produtiva diária das redações de todo o mundo, há um excesso de fatos que chegam ao conhecimento dos jornalistas. Mas apenas uma pequena parte deles é publicada ou veiculada. Ou seja, apenas uma pequena parte vira notícia. O que pode levar qualquer leitor ou telespectador a perguntar: afinal, qual é o critério utilizado pelos profissionais da imprensa para escolher que fatos devem ou não virar notícia? (PENA, 2005, p.71).

A enumeração dos critérios que podem transformar um acontecimento qualquer em notícia é chamada pelos estudiosos de mídia de critérios de noticiabilidade, e que, por sua vez, tem seu grau de relevância medido pelo que chamam de valor-notícia.

Os critérios destes valores vão desde atualidade, interesse humano e feitos extraordinários, às categorias relativas à concorrência de mercado e à política editorial do veículo. No entanto, ainda que a comunidade jornalística tenha bem

definido os valores que devem ser atribuídos a um acontecimento para que ele seja noticiado, a quantidade de fatos que chega todos os dias às redações pede que haja uma seleção destes eventos. É a partir desta perspectiva que devemos pensar na seleção das notícias como uma escolha.

E ainda que, de certa forma, o público seja levado em consideração pelo jornalista no momento desta escolha, uma vez que se constroem enunciados baseado no que se imagina que o leitor deseja saber, no fim das contas é ele que, sozinho ou e em conjunto com outros membros da equipe, decide o que será veiculado.

“O fato é que os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos.” (PENA, 2005, p.71).

Não nos interessa aqui analisar os critérios de noticiabilidade no jornalismo, mas compreender como o ato de escolher os fatos que serão noticiados é, por si só, uma amostra do poder conferido ao jornalismo, materializado em seu discurso.

Ou seja, aquilo o que entendemos como fato que gera notícia é sempre uma escolha, uma vez que todo o tempo acontece de tudo no mundo, inclusive crimes, porém nem todos são noticiados.

Mayra Gomes vai além na questão, ao propor que um fato seria sempre uma versão que ele gera e que só assim ele existe. Ou seja, o fato só existe enquanto relato. “Nesta perspectiva, ver é dar-se a ver.” (GOMES, 2003, p.10).

Os fatos acontecem “no instante em que acontecem, já como relatos. Ou, se quisermos, como elementos discursivos”. (GOMES, 2003, p.9).

Estas afirmações ajudam a polemizar a falsa idéia de que as notícias de jornal retratariam a realidade.

Para a autora, o acontecimento e seu relato são indivisíveis e a realidade não antecede o discurso, como convém acreditar. Ela é o próprio discurso.

“O fluxo das notícias, nos jornais, televisão, no rádio, nas revistas e na internet, acaba ordenando os fatos. O discurso jornalístico é um fator ordenador daquilo que chamamos, por algum resíduo de inocência imperdoável, de realidade (GOMES, 2003, p.12).

Se o fato só existe enquanto relato, é, portanto, a notícia um modo de ordenar uma realidade que ela mesma apresenta como realidade feita de fatos.

Para jornalistas, fatos comprovariam a veracidade da notícia, mas se ambos, fato e notícia, são indivisíveis, um não existindo sem o outro, seria o próprio jornalista, o responsável por criar as notícias, ou melhor, os fatos.

O discurso jornalístico, confirmado pelos fatos e por uma noção de real, pode assumir uma função educativa. Lembrando que, educar, nada mais é do que fazer com que verdades sejam incorporadas.

Especialmente no que diz respeito às notícias de crime e violência, é este o momento em que a linguagem e o poder se misturam nesta função educativa e de ordenação do mundo. O discurso da dualidade ordena o mundo em eixos como o feminino e o masculino, o bem e o mal. O sujeito existe e manifesta-se através da contradição de seus predicados. O *cidadão de bem X o bandido*, representa, hoje, uma das principais contradições exploradas pelo jornalismo, podendo funcionar como palavra de ordem, apropriada pela imprensa para educar o indivíduo, guiando-o na maneira mais correta e apropriada de agir ou se comportar.

Quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar em determinadas situações, não estamos examinando simplesmente palavras (ou seus 'significados', ou seja lá o que isto for) mas sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras - usamos uma consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção (...) dos fenômenos (AUSTIN, 1990, p.10)

No entanto, tão importante para nossas análises quanto o poder de escolher o que será dito é o poder de escolher como será dito.

Podem haver algumas coisas que fazemos em alguma conexão com o dizer algo que não parecem se encaixar, pelo menos intuitivamente, em nenhuma dessas classes esquematicamente definidas, ou que, então, parecem pertencer vagamente a mais de uma delas. Mas de qualquer modo, em princípio, não vemos que as coisas estejam tão distantes de nossos três atos como o estão contar piada e fazer poesia. Por exemplo, insinuar, como quando insinuo algo ao emitir um proferimento ou porque o emito, parece supor algum tipo de convenção, como num ato ilocucionário. Mas não podemos dizer 'eu insinuo', pois insinuar, como o dar a entender, mais parece um efeito conseguido com habilidade do que um simples ato (AUSTIN, 1990, p.92).

Quando os jornais dizem a respeito do acusado de um crime que ele possuía antecedentes criminais, por exemplo, parece admitir que sejam grandes as possibilidades de ele ser, de fato, culpado pelo crime do qual o acusam. Nem nas declarações policiais e nem na fala do repórter identificamos o verbo tal acusação.

No entanto, este é um recurso que conhecemos bem. Uma simples declaração, que assume a condição de fato e libera público e imprensa para todo tipo de julgamento.

Para Austin, é possível que existam dúvidas a respeito do que constitui a ação de fazer algo com expressões lingüísticas e do que é meramente a consumação de uma simples ação de dizer algo.

Ao pensar sobre a distinção entre a ação convencional, orientada para o entendimento e àquela estratégica, pertencente à teoria do agir, Austin definiu o efeito perlocucionário como aquele que traz distinções entre o ato de falar e os efeitos que esta fala produz.

O autor sugere distinguir entre aqueles casos nos quais o falante deve ter determinadas intenções e aqueles outros casos, mais específicos, nos quais deve pretender realizar um determinado curso de ação posterior. Assim, Austin definiu os atos perlocucionários como referentes àqueles efeitos que não guardam nenhuma relação com o significado do proferimento e que oculta seu verdadeiro propósito.

Ou seja, ao afirmar que o acusado de um crime possui antecedentes criminais, o jornalista, conscientemente, ou não, estaria, estrategicamente, sugerindo sua culpabilidade? Seria este, um ato perlocucionário de fala?

O jornalista pode se defender dizendo que se trata de uma informação policial e que ele apenas a repassaria, no entanto, o que é noticiado é, para nós, entre outras coisas, uma escolha do repórter, em conjunto, ou não, com a equipe de reportagem.

Austin parte da explicação do que seriam os atos locucionários e ilocucionários, para tecer esclarecimentos sobre o que seriam os atos perlocucionários, do qual falamos acima.

Há um outro sentido em que realizar um ato locucionário, e assim um ato ilocucionário, pode ser também realizar um ato de outro tipo. Dizer algo freqüentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou conseqüências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos. Em tal caso podemos dizer, então, pensando nisso, que o falante realizou um ato que pode ser descrito fazendo-se referência, meramente oblíqua, ou mesmo sem fazer referência alguma à realização do ato locucionário ou ilocucionário. Chamaremos a realização de um ato deste tipo de realização de um ato perlocucionário ou perlocução. (AUSTIN, 1990, p.89-90).

O termo *falácia descritiva*, também identificado nos estudos de Austin, nos auxilia a *pensar* sobre a atitude de parte da imprensa que opta por não levar em conta as circunstâncias em que algumas declarações são feitas e a maneira como ela será recebida, por exemplo.

Conforme já analisamos aqui neste trabalho, a partir de mais de uma perspectiva, quando em um evento de violência que ocorre em comunidades em conflito urbano, um morador desta comunidade é assassinado, o repórter de crime costuma declarar questões como: se o morador estava empregado ou se tinha antecedentes criminais, seguindo a lógica da investigação.

No entanto, tais informações não podem ser analisadas por nós como meramente descritivas, uma vez que nosso trabalho assume uma postura crítica dos atos de fala dos jornalistas, seus discursos e enunciações.

Austin discorre a respeito das falácias descritivas:

Nós, muitas vezes, também usamos proferimentos cujas formas ultrapassam pelo menos os limites da gramática tradicional. Já se reconhece que muitas palavras que causam notória perplexidade quando inseridas em declarações aparentemente descritivas não se destinam a indicar algum aspecto adicional particularmente extraordinário da realidade relatada, mas são usadas para indicar (e não para relatar) as circunstâncias em que a declaração foi feita, as restrições às quais está sujeita ou coisas desse teor. Deixar de levar em conta tais possibilidades, como era comum antigamente, denomina-se ‘falácia descritiva’, embora talvez este não seja o nome adequado, já que o termo ‘descritiva’ é por si mesmo específico (AUSTIN, 1990, p.23).

Falamos, até aqui, neste subcapítulo, de como se constroem as notícias e de como ao proferirmos algo, podemos estar realizando, também, uma ação.

A partir de agora, vamos analisar de que forma o discurso jornalístico pode ser responsável por estabelecer relações de poder e lugares de fala definidos em uma estratificação social determinada.

Em seu estudo sobre o discurso, Foucault revela uma de suas maiores inquietações: O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? O que este movimento, que é próprio de uma sociedade recitada, como alertou Certeau, é capaz de produzir e reproduzir nas falas dos receptores de enunciados midiáticos?

Vimos, em nosso primeiro capítulo, como o uso de palavras recorrentes nos enunciados que informam sobre os acontecimentos de crime e violência podem determinar a postura do público diante de tais eventos. O enunciado é

sempre uma escolha. No caso de nosso objeto de estudo, por exemplo, podemos chamar os ataques criminosos de reivindicação política, consequência da ausência do Estado, terrorismo, ou do que mais nos convier. Sobre isso, analisaremos mais tarde em nosso estudo de caso. Por ora, basta compreendermos que a escolha dos enunciados ou até mesmo de cada palavra usada diante dos eventos de crime é ponto inicial de um movimento que começa com o relato do repórter e que pode não ter fim.

Sabemos que o investimento do crer passa de enunciado em enunciado. Porém, o que mais nos interessa aqui é o lugar de fala dos atores sociais envolvidos nestas relações de poder, assim como toda a legitimidade que cerca seus discursos.

É pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra - mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados; se fossem apenas isto, as doutrinas não seriam tão diferentes das disciplinas científicas e o controle discursivo trataria somente da forma ou do conteúdo do enunciado, não do sujeito que fala. Ora, a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala e um através do outro. Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis (FOUCAULT, 1971, p.42-43).

A doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam e não a partir do que se fala. Em uma relação de poder, certos tipos de enunciação se permitem, enquanto outros são proibidos, dependendo do lugar de fala que o indivíduo em questão ocupa em determinada estrutura social. Neste caso, a doutrina manifesta a pertença deste indivíduo. Falamos aqui de “pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação”. (FOUCAULT, 1971, p.42-23).

Ao mesmo tempo em que a doutrina diferencia estes indivíduos entre si, ela também os liga, unindo-os em torno de enunciações possíveis e permitidas à cada grupo.

É deste modo que “a doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam”. (FOUCAULT, 1971, p.42-43).

Se a fala e a enunciação estão ligadas à estrutura social é, portanto, a partir da posição dos grupos sociais e da posição que estes ocupam nesta estrutura que vamos pensar os enunciados sobre crime e o nosso objeto de estudo.

Conforme observou Bakhtin:

A enunciação é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor, ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio, nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos ‘a cidade e o mundo’ através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor, além disso, um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.98).

O abismo que existe entre a fala do criminoso na mídia e a fala da própria mídia em relação a este criminoso é outro importante caminho para pensarmos sobre esta hierarquização refletida no discurso jornalístico.

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo tem um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2002, p.99).

Veremos, ainda, em um capítulo adiante, o poder da mídia no monopólio da fala destes indivíduos que, na estrutura social, estão no pólo oposto dos operadores de mídia, no tocante à legitimidade que seus enunciados assumem.

Em suma, se nos importa, aqui, estabelecer o que compreende o discurso, mais do que isso, nos interessa o lugar de fala dos que constroem este discurso, pois é o que assegura ao sujeito o poder ao qual nos referimos.